

A LITERATURA INFANTOJUVENIL E OS TEMAS FRATURANTES NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Eixo 2: As várias faces da educação: para além da inclusão

SOUZA, Jaqueline Gomes de.

Universidade Federal de São Paulo - Campus Guarulhos

Doutoranda em Educação e Saúde na Infância e Adolescência

Contato: gomes.jaqueline@unifesp.br

Resumo:

Este trabalho acadêmico investiga os sentidos atribuídos às falas de educadoras de uma escola bilíngue para surdos no que concerne aos chamados temas fraturantes, sensíveis ou tabus na literatura infantil e infantojuvenil. A pesquisa, vinculada ao Grupo de Pesquisa ISEF, constitui a continuidade de um estudo de mestrado defendido em 2017 sobre a contação de histórias para surdos e a formação docente. O objetivo central consiste em analisar a potencialidade da literatura como recurso para fomentar o pensamento crítico e o diálogo em contextos educativos inclusivos, mesmo diante de temáticas cotidianas que, socialmente, são consideradas tabus. A hipótese central é que o contato com essas obras literárias, concebidas como um direito humano, pode ampliar o repertório cultural e social dos estudantes, promovendo práticas pedagógicas mais equitativas. A pesquisa se fundamenta na Educação em Direitos Humanos (EDH) e na concepção da literatura como um direito cultural, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal do Brasil. Ela se apoia em autores como Cândido (1995), que defende a função humanizadora da literatura, e em Vygotsky ([1924] 1997), que argumenta que as deficiências não são obstáculos intransponíveis, mas exigem a adaptação de materiais e estratégias de ensino. O estudo adota a Pesquisa Crítica de Colaboração de Magalhães (2001/2006), utilizando Sessões Reflexivas como principal instrumento metodológico. Os resultados preliminares, a partir da análise dos dados via Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 2012), revelam que as professoras percebem a imprevisibilidade da narrativa e reconhecem que a dificuldade em abordar certos temas, como a sexualidade, por exemplo, está ligada a tabus culturais e a uma educação restritiva. Isso sugere a necessidade de formação continuada para que os professores possam enfrentar esses desafios, garantindo que os alunos surdos tenham acesso a um repertório literário tão diverso quanto o de seus pares ouvintes.

Palavras-chave: Educação de surdos. Temas fraturantes/ tabus. Literatura.

1- Introdução

Este trabalho acadêmico, um recorte de uma tese de doutorado em andamento, investiga os sentidos atribuídos às falas de educadoras de uma escola bilíngue para surdos sobre os chamados temas fraturantes, sensíveis ou tabus na literatura. Vinculada ao Grupo de Pesquisa ISEF¹, esta pesquisa é uma continuidade de um estudo de mestrado de 2017 sobre a contação de histórias para surdos e a formação docente. O objetivo central é analisar o potencial da literatura para fomentar o pensamento crítico e o diálogo em contextos educativos inclusivos, mesmo diante de temáticas socialmente consideradas tabus.

A hipótese que orienta a investigação sustenta que o contato com a literatura, concebida como um direito humano, pode ampliar o repertório cultural e social dos estudantes surdos, favorecendo práticas pedagógicas mais equitativas e significativas. Busca-se compreender como tais temas são percebidos e mobilizados no cotidiano escolar, e se a experiência de abordá-los pode promover ressignificações nos discursos e nas ações das educadoras. O propósito é fortalecer uma abordagem literária crítica, inclusiva e culturalmente sensível, capaz de responder às complexidades do contexto educacional da comunidade surda.

2- Fundamentação Teórica

A pesquisa se fundamenta na interconexão entre a Educação em Direitos Humanos (EDH) e a concepção da literatura como um direito humano. Conforme a perspectiva de Cândido (1995), a literatura desempenha uma função humanizadora ao “desenvolver em nós a cota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade e o semelhante” (p. 180). Essa visão se alinha aos princípios da EDH, que postula a contação de histórias como uma prática pedagógica fundamental para confrontar opressões, conforme preconizado pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDH), que busca “fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião,

¹Grupo de Pesquisa sobre Inclusão Social, Educação e Processos Formativos – credenciado pelo CNPQ

orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros” (BRASIL, 2018, p. 20).

Nesse arcabouço, temas socialmente sensíveis, aqui denominados de temas fraturantes, ganham relevância. Segundo Gama-Khalil, Borges e Oliveira-Iguma (2020), esses assuntos emergem de questões historicamente silenciadas, associando-se à metáfora do fogo de Blanchot (2011), na qual a literatura atua como um instrumento que resgata o que a sociedade busca apagar. Essa abordagem é respaldada por diversos autores, como Abramovich (1989), Zilberman (2003), Sisto (2015), Souza (2017), Lins (2019) e Pastorelli e Viotto (2021).

A aplicação desses conceitos adquire particular relevância na educação de surdos. Onde a Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida legalmente pela Lei nº 10.436/2002, é o principal meio de instrução. No entanto, a alta incidência de crianças surdas com pais ouvintes (Silva et al., 2007) resulta em privação linguística inicial, conferindo à escola o papel crucial de mediar o conhecimento e a cultura. Autores como Bessas e Cardoso (2010) e Brito e Ribeiro (2022) destacam a desigualdade de acesso a bens culturais enfrentada por essa população, reforçando a necessidade de ambientes seguros para a expressão de vozes silenciadas (Candau, 2008). Assim, a prática pedagógica para crianças surdas requer um trabalho diferenciado, adaptando-se às especificidades do aprendizado visual e linguístico (Bessas e Cardoso, 2010), em consonância com o pensamento de Vygotsky (1924/1997) sobre a necessidade de sistemas de ensino e materiais adaptados para garantir oportunidades equitativas.

3- METODOLOGIA

A pesquisa adota a Pesquisa Crítica de Colaboração, proposta por Magalhães (2001/2006). O principal instrumento são as Sessões Reflexivas, espaços dialógicos construídos entre professoras e a pesquisadora, destinados à análise crítica das práticas pedagógicas. Essas sessões funcionam como instâncias de formação continuada e de fomento de profissionais críticos e reflexivos.

A análise dos dados fundamenta-se no Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) de Bronckart (2012), que concebe a linguagem como prática social, permitindo

compreender como temas fraturantes que envolvem dimensões físicas, sociais e subjetivas são mobilizados no espaço escolar. A pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS) em São Paulo, que atende estudantes com a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa escrita como segunda. Participaram do estudo quatro professoras e a pesquisadora, cujos nomes foram mantidos em sigilo para preservar a identidade dos participantes, exceto o da pesquisadora.

4- DISCUSSÃO E RESULTADOS

Para a apresentação dos dados e suas análises, serão destacados excertos das Sessões Reflexivas que se relacionam com os conteúdos temáticos em pauta. Esses trechos serão analisados à luz do conceito de "sentido" proposto por Vygotsky, permitindo assim uma interpretação dos significados atribuídos pelas professoras e das percepções desenvolvidas pela pesquisadora. Em seguida, serão fornecidos exemplos extraídos das interações, com o objetivo de responder à questão central deste estudo: Como os sentidos atribuídos às falas das educadoras de uma escola bilíngue para Surdos aos chamados temas fraturantes, sensíveis ou tabus — presentes na literatura infantojuvenil — revelam suas percepções e práticas no cotidiano escolar, e em que medida essas obras podem fomentar o pensamento crítico, o diálogo e a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, equitativas e culturalmente sensíveis? Essa compreensão é guiada pela perspectiva de Magalhães (2006), que vê esse processo como um espaço de conflito, negociação e resignificação.

TABELA 1

Tema: Em que medida as escolhas literárias apresentadas aos alunos dialogam com os chamados temas considerados tabus, sensíveis ou fraturantes no contexto escolar?

Sentidos Identificados	Exemplo
-------------------------------	----------------

Imprevisibilidade da literatura e da contação de histórias; Relação entre experiência de vida e práticas pedagógicas; e Tabus e temas fraturantes fazem parte do contexto escolar.	Jaqueline: Porque a <u>história, ela tem esse viés também, ela pode fugir do que a gente planeja e focar algo que a gente não tinha pensado.</u> E aí, se isso acontecesse, trabalhando com crianças dessa idade, tipo, o que você faria? Naomi: Já (aconteceu), ó, eu fico pensando assim, eu acho que impactaria muito se alguém tivesse tido alguma coisa dessa, sei lá, eu acho que na família. Vamos supor, <u>na época que até tiveram três crianças aqui que perderam os familiares, perderam o pai, perderam a mãe, uma referência, assim forte. Eu falei, por que não também trabalhar o tema da morte? É um tabu, você falar? É um tabu, é um tema difícil de se trabalhar, mas eu falo, não tem como você não trabalhar também, não ficar só ali, né, na fantasia, nisso e aquilo, não, é só coisas que acontecem na nossa vida, né? Então eu falo assim, não tem como também deixar de trabalhar aquilo [...]</u>
---	---

Fonte: Souza (2025, n/p).

O excerto evidencia a compreensão das educadoras sobre a imprevisibilidade das reações dos interlocutores em relação à contação de histórias e sua capacidade de suscitar temas não planejados. A pesquisadora aponta para a abertura da narrativa, enquanto Naomi relaciona essa potencialidade à experiências concretas das crianças, defendendo a abordagem da morte, apesar de ser considerada tabu. Essa perspectiva dialoga com a noção de temas fraturantes (Gama-Khalil; Borges; Oliveira-Iguma, 2020) e com a referida metáfora do fogo de Blanchot (2011), ao reconhecer a literatura como espaço de emergência de questões socialmente silenciadas. A fala da professora da Sala de Leitura reafirma a função humanizadora da literatura (Cândido, 1995), ao compreendê-la não apenas como fantasia, mas como meio de elaboração de experiências reais e difíceis. Nesse sentido, a contação de histórias se revela prática pedagógica crítica e inclusiva, alinhada à concepção de que a escola deve responder às complexidades culturais e sociais do cotidiano dos estudantes.

TABELA 2

Tema: Quais são os temas compreendidos como tabus, sensíveis ou fraturantes na concepção das docentes de uma escola bilíngue para surdos?

Sentidos identificados	Exemplo
Peso cultural do tabu; Herança de uma educação restritiva.	Jaqueline: Tá, mas qual que seria a dificuldade? Aponta os fatores que são dificultadores para você trabalhar esse assunto específico, que é, no caso, a sexualidade. Júlia: <u>Eu acho que é o tabu, acho que é o que a gente traz com a gente, porque a criação que a gente, eu pelo menos tive. Foi assim muito restrito,</u> então as coisas que eu aprendi, fui aprendendo, ninguém chegou para mim e falou: “Ó, é assim, o que acontece”. Sabe? Então fui descobrindo com as vivências do mundo, <u>então acho que talvez essa seja a minha dificuldade.</u>

Fonte: Souza (2025, n/p).

O sentido central dessa fala de Júlia é o reconhecimento de que a maior dificuldade em trabalhar o tema da sexualidade não está em aspectos pedagógicos, mas na carga cultural e social do tabu. Ao relatar que sua criação foi “muito restrita” e que não recebeu orientações explícitas, a professora associa sua dificuldade atual a um histórico de silenciamento e à ausência de espaços formais de aprendizagem sobre o tema.

Assim, a fala constrói o sentido de que a abordagem da sexualidade na escola é atravessada por fatores subjetivos e culturais, ligados às experiências pessoais de cada educador. A professora do Terceiro Ano revela que suas próprias limitações derivam da forma como aprendeu sobre o assunto, de modo indireto e fragmentado (“fui descobrindo com as vivências do mundo”), o que hoje gera insegurança ao tratar a temática com os alunos.

Neste caso, a formação continuada no local de trabalho poderia beneficiar a docente e compartilhar vivências e estratégias que permitissem, caso ela tenha interesse, abordar essa temática com os seus alunos.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto deste estudo ainda em andamento, a prática de contar histórias, especialmente em ambientes bilíngues para surdos, se estabelece como uma abordagem pedagógica eficaz para abordar e confrontar temas delicados. As declarações dos educadores expõem a complexidade desses tópicos, bem como os desafios subjetivos e culturais que permeiam sua discussão. Simultaneamente, destacam a literatura como um espaço de construção simbólica que pode ressignificar vivências de dor, tabu e silêncio.

Dessa forma, verifica-se que a literatura, entendida como um direito humano, pode desempenhar um papel importante na formação crítica, inclusiva e culturalmente sensível de educadores e alunos, promovendo diálogos que ampliam o repertório cultural e fortalecem a cidadania. Os dados analisados também indicam a importância de programas de formação continuada que ajudem os professores a enfrentar suas próprias trajetórias e dificuldades, com o objetivo de potencializar práticas pedagógicas e possibilitar mais equidade entre a educação de surdos e a de ouvintes no tocante ao acesso e ampliação de repertório literário.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1989.

BESSAS, A. M. P.; CARDOSO, H. C. S. O uso da imagem não-verbal no processo de contação de histórias para crianças surdas. **PERQUIRERE – Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão**, Patos de Minas, v. 1, n. 8, p. 139-151, jul. 2011. Disponível em: <http://perquirere.unipam.edu.br/>. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 246, p. 1-2, 23 dez. 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 79, p. 1, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; UNESCO, 2006.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sociodiscursivo. Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2012.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-263.

LINS, H. A. M. Direitos humanos e participação política das crianças: alguns destaques ao papel dos livros e mídias para a infância. **Manuscrita: Revista de Crítica Genética**, São Paulo, n. 37, p. 168-182, 2019.

MAGALHÃES, M. C. C. Por uma prática crítica de formação continuada de educadores. In: MAGALHÃES, M. C. C. **Pesquisa crítica de colaboração**: um percurso na formação docente. São Paulo: Ductor, 2006. p. 88-96.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 9 set. 2025.

PASTORELLI, V. B.; VIOTTO, D. G. Como e por que ler livros-álbuns que abordem temas considerados tabus para a infância. In: TAVARES, C.; WEISZ, T. (org.). **Literatura e educação**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2021. p. 137-170.

SISTO, C. **Textos & pretextos sobre a arte de contar histórias**. 3. ed. Belo Horizonte: Aletria, 2012.

SOUZA, J. G. **Sessões reflexivas sobre a atividade de contar histórias para surdos**: contribuições para a ressignificação de práticas docentes. 2017. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**. Tomo V. Madrid: Visor, 1997.

